



Legislação ajuda a reduzir malparado?

NPL: Portugal está melhor, mas ainda falta transparência

Especialistas do Direito e da área da banca fizeram uma análise ao mercado do crédito malparado e se a legislação europeia em vigor é efetiva na sua redução. São cada vez menos as carteiras de NPL nos bancos portugueses, mas ainda há muito a fazer.

Por **ANA SOFIA FRANCO**

O mercado de NPL tem estado muito ativo nos últimos tempos e se a sua redução tem sido um recorde em Portugal, é porque nos bastidores tem havido muita mudança. Um caminho

que Luís Chaves, da Servdebt, classifica como necessário.

“É preciso mudar e adotar novas estratégias”. Depois da crise, “fomos forçados a adotar mecanismos mais orientados para o profissionalismo, para o rigor. Pas-



“A meu ver seria conveniente para todos os players que existisse maior transparência, mais informação e mais divulgação. A regulação seria bem-vinda e poderia trazer outra credibilidade ao mercado de NPL”

Luís Chaves

Business development director da Servdebt Group



Moderadora:
Alexandra Valente,
sócia da SRS

sámos a ter realidades muito distintas. Antes, era comum encontrarmos equipas de recuperação de crédito com centenas de pessoas que não sabiam francamente o que faziam”, conta.

Ainda assim, “o ano passado foi um ano absolutamente recorde no mercado”, destacou Joaquim Paulo, *partner* da Deloitte. “Em setembro do ano passado tínhamos mais ou menos 12%, e agora estamos abaixo dos 10%. Mas os bancos com mais de 5% de NPL devem ter estratégias de resolução ativa, segundo uma recomendação da EBA”. Por isso, os bancos ainda terão de reduzir para cerca de metade, alertou. ●

CONCLUSÕES

FALTARÁ REGULAÇÃO AOS NPL?

Quanto a uma maior regulação do mercado de malparado, Luís Chaves mostrou-se favorável à ideia, mas não “a uma regulação burocrática, pesada”. “Do 8 ao 80, defendo uma regulação que seja de facto eficiente”, revelou.

Portugal conseguiu passar para os 9,4% de NPL no final de 2018, “o que foi fantástico, mas em rigor, este número funciona em benefício das estatísticas do Banco de Portugal. Seria conveniente para todos os *players* que existisse maior transparência, mais informação, mais divulgação. A regulação seria bem-vinda e poderia trazer outra credibilidade ao setor”, destacou o business development director da Servdebt.

“As sugestões da EBA e do BCE vieram permitir uma sustentabilidade e uma regulação da venda destas carteira de malparado, permitindo a redução dos NPL no setor bancário e reduzindo os obstáculos transfronteiriços”, explicou Natália Garcia Alves.

A RECUPERAÇÃO É FEITA DE FORMA MAIS CÉLERE NOS PROCESSOS EXECUTIVOS?

Natália Garcia Alves, sócia da SRS, confirmou que sim. “O *Citius* veio melhorar o andamento dos processos. Se forem hipotecários é possível fechar a ação em seis meses. Nas insolvências as coisas são mais difíceis, porque a sentença acaba por ter um impacto grande no andamento e na conclusão do processo”. Mas é unânime: de facto, as “execuções melhoraram”. Em Itália “uma execução hipotecária pode levar 10 anos. E aqui, de facto, estamos bem melhor”.

“O ano passado foi um ano absolutamente recorde no mercado de crédito malparado”

Joaquim Paulo
Partner da Deloitte



“Sugestões da EBA e do BCE vieram permitir uma sustentabilidade e uma regulação da venda das carteira de malparado”

Natália Garcia Alves

Sócia da SRS

